

ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Compras e Serviços

Art. 18, I, da Lei nº. 14.133/2021/ Câmara Municipal de Vereadores de Redentora– Poder Legislativo/ CNPJ nº 94.726.825/0001-31

Requisitante: Câmara Municipal de Vereadores de Redentora.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA ASSESSORIA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ÊNFASE NA ORIENTAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, CONVÊNIOS, CONTRATOS, LICITAÇÕES, TERCEIRIZAÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PRESTAÇÕES DE CONTAS, ATENDIMENTOS AOS RELATÓRIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO TCE/RS, CORRIGIR PROCEDIMENTOS, PRESTANDO INFORMAÇÕES E OS ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS E OUTRAS ATIVIDADES ATRELADAS, ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E ORIENTAÇÕES JURÍDICAS SOBRE OUTROS ATOS ADMINISTRATIVO MUNICIPAIS, 08 HORAS SEMANAIS PREFERENCIALMENTE NAS TERÇAS E QUINTAS FEIRAS, PELO PERÍODO DE 04 (QUATRO) HORAS DIÁRIAS.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação de empresa especializada em assessoria jurídica mostra-se necessária e indispensável para assegurar a regularidade, a legalidade e a segurança jurídica dos atos praticados por esta Casa Legislativa.

As atividades desenvolvidas pelo Poder Legislativo Municipal envolvem a elaboração e tramitação de proposições legislativas, emissão de pareceres jurídicos, análise de processos administrativos, acompanhamento de procedimentos licitatórios e contratos, bem como a observância permanente das normas constitucionais, legais e regimentais, demandando suporte jurídico técnico especializado e contínuo.

A inexistência de quadro próprio suficiente ou a limitação estrutural da equipe interna tornam necessária a contratação de assessoria jurídica externa, capaz de prestar orientação qualificada, preventiva e estratégica, mitigando riscos de nulidades, apontamentos pelos órgãos de controle e responsabilização dos agentes públicos.

Além disso, a assessoria jurídica contribui para a padronização de procedimentos, a correta interpretação da legislação vigente, a adequação às alterações normativas e o fortalecimento dos princípios da legalidade, eficiência, transparência e segurança jurídica.

Dessa forma, a contratação de empresa de assessoria jurídica revela-se essencial para a manutenção das atividades legislativas, o adequado funcionamento institucional e a defesa do interesse público.

2. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Compras e Serviços

Art. 18, I, da Lei nº. 14.133/2021/ Câmara Municipal de Vereadores de Redentora– Poder Legislativo/ CNPJ nº 94.726.825/0001-31

A referida contratação está contemplada no PCA vigente, por se tratar de serviço essencial e recorrente, necessário à manutenção das atividades institucionais, à segurança jurídica dos atos administrativos e legislativos e ao regular funcionamento desta Casa Legislativa.

Dessa forma, resta atendido o requisito de planejamento da contratação, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e governança pública.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a contratação da empresa fornecedora do item descrito, os licitantes deverão comprovar atuação em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, garantindo a adequada execução contratual.

Além disso, será exigida a apresentação da documentação necessária à habilitação, em conformidade com o disposto no art. 62 da Lei nº 14.133/2021, observando-se, entre outros, os seguintes requisitos:

3.1 Habilitação Jurídica

O licitante deve apresentar documentos que comprovem sua regularidade jurídica, conforme item específico do edital.

3.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

Deverão ser apresentados os documentos que atestem a regularidade fiscal, tributária e trabalhista do licitante, conforme exigido no edital.

3.3 Qualificação Econômico-Financeira

O licitante deverá comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de documentos que evidenciem a solvência da empresa, conforme estipulado no edital.

A natureza do objeto será para possível e eventual aquisição, com previsão inicial de duração do contrato de 11 meses podendo ser prorrogado por igual período se comprovado o valor mais vantajoso.

4. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

Considerando a natureza contínua dos serviços de assessoria jurídica, bem como a demanda permanente por orientação técnica, emissão de pareceres, acompanhamento de processos administrativos e suporte às atividades legislativas, estima-se a contratação de 01 (uma) empresa especializada, para prestação dos serviços durante o período contratual.

A quantidade estimada mostra-se suficiente para atender às necessidades desta Casa Legislativa, tendo em vista a pessoalidade e a natureza intelectual dos serviços a serem prestados.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de custo foi realizada a partir da pesquisa de preços no mercado, conforme o disposto no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, com a devida observância ao Decreto Municipal nº 3460/2023.

Para a formação dos preços estimados, foram utilizados como referência os valores constantes no sistema LicitCon, considerando contratações compatíveis com o objeto.

ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Compras e Serviços

Art. 18, I, da Lei nº. 14.133/2021/ Câmara Municipal de Vereadores de Redentora– Poder Legislativo/ CNPJ nº 94.726.825/0001-31

Os documentos que comprovam a pesquisa de mercado integram o processo administrativo.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de empresa especializada em assessoria jurídica, para prestação de serviços técnicos profissionais de natureza predominantemente intelectual, voltados ao assessoramento jurídico contínuo desta Casa Legislativa.

A contratação por inexigibilidade fundamenta-se na inviabilidade de competição, em razão da pessoalidade dos serviços advocatícios, da natureza singular das demandas jurídicas e da notória especialização do profissional ou da sociedade de advogados a ser contratada, nos termos do art. 74, inciso III alínea “c”, da Lei nº 14.133/2021.

A solução contempla a prestação de serviços jurídicos de forma preventiva, consultiva e orientativa, incluindo a emissão de pareceres jurídicos, análise de projetos de lei, acompanhamento de processos administrativos e suporte técnico às atividades legislativas, garantindo segurança jurídica, conformidade legal e padronização dos procedimentos internos.

A adoção dessa solução permite à Administração contar com atendimento jurídico especializado e contínuo, sem a necessidade de estruturação de quadro próprio permanente, o que se revela mais eficiente, econômico e compatível com a realidade administrativa do órgão.

Dessa forma, a contratação por inexigibilidade apresenta-se como a solução mais adequada e vantajosa, assegurando a continuidade das atividades legislativas, a mitigação de riscos jurídicos e a observância dos princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

7. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

Com a contratação de empresa especializada em assessoria jurídica, busca-se assegurar a legalidade e a segurança jurídica dos atos praticados por esta Casa Legislativa, prevenindo nulidades, irregularidades e riscos jurídicos decorrentes da atuação administrativa e legislativa. Pretende-se garantir suporte técnico qualificado e permanente à elaboração e análise de proposições legislativas, processos administrativos, procedimentos licitatórios e contratos, contribuindo para a correta interpretação e aplicação da legislação vigente. Almeja-se, ainda, a padronização dos procedimentos internos, a mitigação de apontamentos pelos órgãos de controle e a continuidade das atividades legislativas, assegurando maior eficiência administrativa e a adequada proteção do interesse público.

8. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS

Previamente à formalização da contratação por inexigibilidade de licitação de empresa especializada em assessoria jurídica, deverão ser adotadas as providências necessárias à caracterização da necessidade da contratação, à definição do escopo dos serviços e à demonstração da inviabilidade de competição. Deverá ser realizada pesquisa de preços para comprovação da compatibilidade do valor com os praticados no mercado, bem como verificada a disponibilidade orçamentária e financeira. O processo deverá ser instruído com Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, justificativa da escolha do contratado, fundamentação legal da inexigibilidade e análise jurídica.

ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Compras e Serviços

Art. 18, I, da Lei nº. 14.133/2021/ Câmara Municipal de Vereadores de Redentora– Poder Legislativo/ CNPJ nº 94.726.825/0001-31

9. CONTRATAÇÕES CORRELATADAS/INTERDEPENDENTES

Existe contratação vigente de assessoria jurídica nesta Casa Legislativa, a qual atende às demandas ordinárias do órgão. A presente contratação está relacionada ao suporte técnico especializado ao contrato existente, considerando a diversidade e a complexidade das matérias jurídicas tratadas no âmbito do Poder Legislativo.

A atuação conjunta e complementar entre os prestadores de serviços jurídicos permite a divisão técnica das demandas conforme a especialização, a análise plural das matérias e a adoção de soluções juridicamente mais seguras, reduzindo riscos de equívocos interpretativos e fortalecendo a qualidade dos pareceres e orientações emitidas.

Essa forma de atuação, em parceria e de maneira coordenada, amplia a garantia de acerto das decisões administrativas e legislativas, sem prejuízo da autonomia contratual de cada instrumento, não configurando sobreposição de objetos, mas sim reforço técnico especializado diante da multiplicidade de temas enfrentados pela Administração.

Dessa forma, embora existam contratações correlatas, a presente contratação mostra-se necessária, complementar e justificada, contribuindo para a segurança jurídica, a eficiência administrativa e a adequada proteção do interesse público.

10. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A contratação de empresa para a prestação de serviços de assessoria jurídica apresenta impacto ambiental irrelevante, por tratar-se de atividade de natureza predominantemente intelectual, sem geração significativa de resíduos ou consumo expressivo de recursos naturais. Como medida mitigadora e de boas práticas ambientais, serão priorizados o uso de meios digitais para comunicação, tramitação e arquivamento de documentos, bem como o aproveitamento da infraestrutura tecnológica existente, contribuindo para a redução do consumo de papel e para a adoção de práticas administrativas sustentáveis.

11. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Diante das análises realizadas, resta devidamente demonstrada a necessidade da contratação de empresa especializada em assessoria jurídica, bem como a inviabilidade de competição, em razão da natureza predominantemente intelectual e singular dos serviços a serem prestados, da personalidade inerente à atividade advocatícia e da notória especialização do contratado, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

A inviabilidade de competição resta caracterizada em razão da natureza singular e predominantemente intelectual dos serviços jurídicos a serem prestados, os quais exigem interpretação especializada, atuação técnica personalizada e relação de confiança entre a Administração e o profissional contratado.

Os serviços advocatícios não comportam padronização nem permitem julgamento objetivo entre eventuais interessados, uma vez que a escolha recai sobre a qualificação técnica, experiência, reputação profissional e adequação do perfil do contratado às necessidades específicas do órgão.

ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Compras e Serviços

Art. 18, I, da Lei nº. 14.133/2021/ Câmara Municipal de Vereadores de Redentora– Poder Legislativo/ CNPJ nº 94.726.825/0001-31

Ademais, a empresa selecionada possui notória especialização em Direito Público, devidamente comprovada nos autos, circunstância que, aliada à pessoalidade do serviço, inviabiliza a competição, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

Verifica-se que a solução adotada mostra-se adequada e vantajosa ao interesse público, considerando a complexidade e a diversidade das matérias jurídicas enfrentadas por esta Casa Legislativa, a necessidade de suporte técnico qualificado e contínuo, bem como a complementaridade em relação às contratações existentes, sem sobreposição de objetos.

Constata-se, ainda, que o valor contratado é compatível com os preços praticados no mercado, conforme pesquisa de preços realizada, e que a contratação encontra respaldo no planejamento institucional, observando-se os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, segurança jurídica e continuidade do serviço público.

Assim, conclui-se pela regularidade, viabilidade e conveniência da contratação por inexigibilidade de licitação, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo, com a ratificação pela autoridade competente, nos termos da legislação vigente.

Redentora -RS, 23 de janeiro de 2026

Vanderlei da Rosa
Presidente da Camara Municipal